

Cândida Maria Santiago Galeno

*Santa Teresa de Jesus, os sinos
levam teu nome aos vales e às montanhas
e teu nome ressurgue das entranhas
da terra, após, em lírios peregrinos.*

*Que não ouças as súplicas estranhas
das novenas e lânguidos violinos:
Ouve-me o verso! Falo-te dos hinos
que entendeste, tulipa das Espanhas!*

*Para adorar-te me prosterno e humilho,
em vez do incenso, trago-te o tomilho
e o manto real do sol da Salamanca.*

*Venho em nome das almas das guitarras,
almas que entoando mil canções bizarras,
vão pela noite legendária e branca...*

É do poeta piauiense Jonas da Silva este canto à tulipa das Espanhas que ora faço meu. Não foi sem sobrada razão que escolhi para empossar-me na Academia Cearense de Letras o dia de Santa Teresa de Jesus, nome que tem na minha alma dulcíssimas ressonâncias e me evoca, com todas as suas inesquecíveis lembranças, os meus dias de adolescente, vividos na cidade do Crato, no doce acolhimento do Colégio de Santa Teresa. Ali, sob a devotada orientação das filhas de Santa Teresa, congregação fundada por D. Quintino, de sau-

dosa memória, iniciei meus estudos, e a evocação dessa fase da minha vida não podia ficar esquecida, quando a ela devo o que hoje sou. Eis por que, nesta noite tão grata ao meu coração, volto o pensamento com ternura para o Colégio que tantos e tão assinalados serviços há prestado às gerações femininas do sul do Estado, e a ele rendo a minha homenagem.

O meu pensamento se volta com ternura e vai buscar entre os inúmeros professores que me foram mestres aqueles a quem não posso olvidar nesta hora de triunfo que com eles deve ser partilhado, pelo rumo que souberam imprimir à minha vida: Madre Couto, Madre Gonçalves, Dr. Álvaro Madeira, D. Ida Bilhar, Cônego Manuel Feitosa. Para com este a minha dívida de gratidão é insolvente, pois, sendo professor de Português, foi o descobridor e incentivador da minha nascente tendência literária. O interesse com que me corrigia as composições escolares, com que me indicava leituras e fornecia livros, a importância que me conferia dando-me a ler e apreciar suas produções poéticas, o desvelo com que, ainda depois de saída do Colégio, continuou a acompanhar-me a evolução cá por fora, fazem-no credor de um lugar de paraninfo nesta noite de minha recepção na Academia.

Mas, o meu querido professor de Português, cônego Feitosa, não está sozinho, não é o único a ser conclamado pela minha gratidão e pela minha saudade para esta noite de festa. Ao seu lado deve pairar também o espírito de meu pai. Se vivo fosse, ufanar-se-ia mais deste meu triunfo do que eu própria, pois, em toda a sua vida ingloria de magistrado que viveu e morreu a percorrer comarcas dos sertões cearenses, nada o preocupou tanto como a educação dos filhos. Possuindo família numerosa — éramos dez filhos — e vivendo exclusivamente dos proventos de magistrado honesto e íntegro, quantas vezes meu pai ficou usando botinas surradas o ano inteiro, porque os recursos de que dispunha não davam para comprar novas e manter ao mesmo tempo os filhos internos em Colégio. Quando desapareceu do número dos vivos, éramos seis internos a estudar. E foi tão grande o seu sacrifício, sem que tivesse a compensação a que fazia jus tanta renún-

cia, que hoje eu trocaria de bom grado as galas desta festa pela mercê de tê-lo ao lado, para ver que não foi em vão o seu ingente esforço.

Eis por que, além do insigne cultor da língua, Dr. Otávio Lobo, estilista primoroso que, com a fidalguia da sua palavra, me recebeu nesta noite e a quem rendo o tributo da minha admiração e estima, hão de pairar neste ambiente o espírito do meu pai e o do meu professor cônego Feitosa, que captaram os eflúvios da minha gratidão e da minha saudade impercíveis.

Srs. Acadêmicos:

Cumpre-me, ao tomar posse da Cadeira 35, para a qual a vossa magnanimidade me elegeu, Cadeira patrocinada por Tomás Pompeu de Sousa Brasil e ultimamente ocupada por Carlos Livino de Carvalho, fazer o elogio dessas duas figuras do maior realce no panorama mental do Ceará. Começemos pelo último, para dar cumprimento ao preceito evangélico: os últimos serão os primeiros.

Carlos Livino de Carvalho nasceu no Recife, na Rua Estreita do Rosário, em 17 de fevereiro de 1881, sendo filho legítimo e único do perito contador e Coronel da Guarda Nacional Francisco Livino de Carvalho e de sua mulher Ana Josefina Ribeiro de Carvalho. Infância e adolescência, passou-as na mesma cidade. Fez preparatórios no Colégio Pritaneu, na Rua do Hospício, e o Curso de Direito na Faculdade do Recife, bacharelando-se em 17 de março de 1902, quando dela era Diretor o Dr. Joaquim Tavares, sendo seus colegas de turma José Queirós, Barros Guimarães e Cunha Melo Filho, de Pernambuco; Sebastião Fernandes e Galdino Lima, do Rio Grande do Norte. Turma pequena, em virtude de os seus componentes terem feito dois anos num, o que naquela época era permitido. Augusto Vaz, Sofrônio Portela e Tito Rosa foram os seus professores.

Concluído o curso, Livino de Carvalho tratou de pôr em dia os negócios do coração — já andava enredado pelo amor

da jovem Elvira de Meneses, que freqüentava a Escola Normal Pinto Júnior, onde se formou com 16 anos e foi nomeada professora da referida Escola. Como já se amavam havia dois anos, trataram de casar-se, o que ocorreu em maio de 1902. O casamento foi simples, realizou-se em Olinda, na capela de S. José dos Pescadores, oficiado pelo então vigário e mais tarde Primaz da Bahia, d. Álvaro Augusto da Silva. Era noite e chovia torrencialmente, sinal de sorte para os nubentes; noivos e convidados tiveram dificuldades em fazer com trajes enxutos o trajeto entre o Recife e Olinda. O bom prenúncio da chuva realizou-se na vida deles — foram felizes e viveram muitos anos: ele amou extremamente a esposa, com quem celebrou 47 anos de casados e os 9 filhos que ela lhe deu, e dos quais estão vivos Maria de Lourdes Livino Porto Carrero, residente em Fortaleza, Fernando Livino de Carvalho, advogado e intelectual, radicado no Recife; Ari, Fiscal Geral dos Comerciantes no Rio de Janeiro, e Euvaldo, técnico em eletrônica, todos quatro a continuar galhardamente a tradição de cultura e integridade moral legada pelos pais.

Formado e casado, Livino de Carvalho tratou de instalar, em 1904, em Carpina, com um colega, Alfredo Bittencourt, o “Colégio Sete de Setembro”, onde estudaram, como alunos internos, Assis Chateaubriand e seus irmãos Jorge e Osvaldo. O mestre recordaria pelos anos em fora o fulgor da inteligência do grande ás do jornalismo brasileiro, que foi seu aluno em Carpina, e a quem dedicou sempre inalterável estima.

O “Sete de Setembro” teve duração efêmera, menos de dois anos. Desfeito o Colégio, Livino viajou para o Rio de Janeiro, onde permaneceu alguns meses. De volta, foi convidado para ser Juiz em dois pontos extremos e opostos do país: Amazonas e Santa Catarina, não aceitando nenhum dos convites. Em novembro de 1907, foi nomeado Juiz Municipal de Barbalha, no Governo do Dr. Acióli. Nomeado Juiz de Direito do Crato, ali permaneceu por mais de 2 anos. Estava-se no tempo do Governo de Marcos Franco Rabelo e intensa onda de oposição lavrava por todo o Ceará, especialmente no sul do Estado, onde o Dr. Floro Bartolomeu da Costa, que

voltava do Rio de Janeiro, acompanhado do Dr. José de Borba Vasconcelos, instalou o quartel-general da oposição ao Governo. Livino de Carvalho escreveu excelente trabalho: *A Tomada do Crato* (1) onde descreve com muito vigor de expressão e abundância de minúcias esses fatos. Como Juiz de Direito, teve que permanecer à frente da Comarca, sendo um dos poucos moradores da cidade que não abandonou a casa e ainda “abrigou vários rabelistas que não quiseram ou não puderam fugir corrente à luta”.

Foi com pranto na voz e no olhar que D. Bidon me relatou algumas passagens da vida do marido, quando Juiz no interior, os perigos que arrostou por não abdicar da sua dignidade de magistrado íntegro em favor de nenhuma conveniência pessoal ou partidária. No exercício das suas funções, ele era austero, sem deixar de ser humano, o que se evidencia sobejamente através deste fato que me foi relatado por ela: Certa feita, um criminoso de 7 mortes, alcunhado de Zé Pequeno, fora preso na Serra de São Pedro e trazido algemado de mãos e pés para a cadeia do Crato. Muito maltratado pelas algemas, ele mandou pedir ao Juiz que o livrasse delas. O pedido alarmou a guarnição do presídio em face da alta periculosidade do suplicante. Não obstante isso, Livino de Carvalho mandou tirar ao preso as algemas. Qual não foi a sua surpresa quando, por ocasião da tomada do Crato, os romeiros lhe batem à porta e, ao abri-la, o Juiz depara-se com Zé Pequeno a comandar o grupo. Criminoso e magistrado defrontam-se e o primeiro bate em retirada, não sem antes ter dito: “O Doutor mora aqui? Pois fique certo de que a sua casa está garantida”.

Naquela ocasião de subversão da ordem aconteceu o inesperado — a casa do Juiz foi guardada e defendida espontaneamente pelo temível Zé Pequeno, que não esquecerá o alívio que lhe proporcionara a retirada das algemas.

No Crato se encerraria o peregrinar de Livino de Carvalho pelas comarcas do interior, pois, em 1914, era nomeado Juiz de Direito de Casamentos e do Registro Civil de Fortaleza. Nesse posto ele casou meio mundo — Dr. Eliezer Studart da

Fonseca e D. Ester Salgado foram casados por ele e quanta gente mais!

Livino de Carvalho integrou-se de tal maneira na vida cearense que, solicitado a aceitar, no Recife, sua terra natal, o cargo de Desembargador, recusou-o, mas com ele foi distinguido em 1933, no Ceará, já servindo interinamente no cargo, quando ocorreu a sua promoção. E quando, em 1941, se afastou da vida pública pela aposentadoria, depois de mais de 30 anos de assinalados serviços, prestados à magistratura cearense, eis como Eusébio de Sousa comenta o fato:

“Muito lhe honra a atitude do Tribunal de Apelação ao tomar conhecimento do requerimento em que solicitava, ao governo, aludida aposentadoria, resolvendo, pela unanimidade de seus pares, fazer um apelo ao seu douto membro na desistência da mesma, sendo então designada, para entender-se com o desembargador Livino sobre o assunto, uma comissão composta dos desembargadores Leite de Albuquerque, Olívio Câmara e Daniel Lopes. Na sessão ordinária de 15 de setembro do aludido ano o desembargador Livino de Carvalho expressou ao Tribunal os seus agradecimentos ao modo carinhoso que tivera para com a sua pessoa no propósito evidenciado, gesto por demais honroso para a sua vida de magistrado. Apresentou aos seus dignos colegas os justos motivos que o levaram a requerer a aposentadoria em apreço, manifestando aos mesmos sua gratidão, com a reafirmativa de não lhe ser possível atender ao pedido da Colenda Corte de Justiça, pelas razões que expunha no momento.

Na sessão de 31 de outubro, o sr. desembargador Olívio Câmara, aludindo à nomeação do Dr. Pontes Vieira para preencher a vaga do desembargador Livino de Carvalho, teve para com estas palavras elogiosas, propondo, por fim, ao Tribunal, a inserção de um voto de aplauso ao mesmo pela sua atuação inteligente e proveitosa, durante o período de oito anos em que S. Excia. serviu no Tribunal à causa da Justiça como juiz esclarecido, íntegro e trabalhador. Tal voto teve a aprovação de todos os demais desembargadores presentes à

sessão, manifestando o Dr. José Pires de Carvalho a solidariedade da Procuradoria-Geral à deliberação do Tribunal.

De grande significação para a sua vida funcional é o seguinte telegrama firmado pelo sr. major Roberto Carneiro de Mendonça, ao ter conhecimento da aposentadoria do desembargador Livino. Quando Interventor Federal, o major Carneiro de Mendonça sancionara e dera execução à Lei nº 1 007, aumentando de mais dois o número de desembargadores do Tribunal de Apelação, tendo então contemplado o digno magistrado com a nomeação para um dos ditos lugares, ato recebido, pela sua justeza e acerto, com expressivas demonstrações de regozijo.

“Rio, 28, setembro, 1941 — Desembargador Livino de Carvalho, Fortaleza: Recordando, com prazer, aplausos recebidos quando promovi sua elevação Tribunal Justiça, lamento judiciário cearense esteja privado brilho sua colaboração. Cordialmente, Carneiro de Mendonça.” (2)

Falei-vos até agora de Livino de Carvalho como homem público, no exercício da árdua tarefa de magistrado, mas não se resume nisto a existência de uma criatura. Não vos disse ainda que ele “foi poeta, sonhou e amou na vida”. E é pena que dos seus versos, publicados na imprensa, só possua para mostrar-vos este soneto:

AVE-MARIA

*Ave Maria! excelsa de candura!
Cheia de graça, amor e sofrimento,
Outorga-nos teu mago valimento
E a nossa dor modera, a nossa agrura.*

*A luz criadora em ti se fez alento,
Oh! flor do céu, de todas a mais pura,
E das virgens bendita pela alvura
Do leite em que vagiu um deus-portento.*

*Mãe dos humildes, vela a nossa estrada
Cheia de urzes, desbrava-a e põe luz
Onde tateio e os olhos não vêem nada*

*Protege-nos, bendiz a nossa cruz,
Como eu bendigo a tua dor sagrada,
Teu doce, meigo e divinal Jesus!*

Homem de trato fidalgo, porte elegante e bela fisionomia, Livino de Carvalho tinha temperamento alegre e comunicativo, gostava da vida social, freqüentava clubes, sendo Diretor-Presidente dos “Diários”, ao qual comparecia assiduamente. O Dr. Eliezer Studart, seu grande amigo e que privou longamente da sua intimidade, ainda conserva encantamento do convívio que mantiveram.

A política jamais o seduziu e os altos postos que galgou na vida — Secretário do Interior e da Justiça por duas vezes, Secretário de Polícia e Segurança Pública, Interventor Federal, não os deveu a ela, senão à sua integridade moral, talento e cultura.

O *hobby* predileto de Livino de Carvalho era a arte fotográfica: foi um dos fundadores da Sociedade de Fotografia e Cinema. Vi em sua casa álbuns com fotografias belíssimas por ele apanhadas — ora um quebrar de onda, ao alvorecer, surpreendido pela objetiva, na Praia de Iracema, ora os carnau-bais da estrada de Messejana, a refletirem-se no espelho das águas; marinhas, chegadas de jangada à praia. Saraiva Leão foi seu companheiro dedicado e excursionaram juntos para apanhar flagrantes fotográficos surpreendentes.

Como homem de letras, não ficou circunscrito aos trabalhos de doutrina e jurisprudência. Tanto se dedicou ao jornalismo, dirigindo o *Correio do Ceará* em sua primeira fase e redatorando o *Estado do Ceará*, como a estudos sérios, que o levaram a pertencer ao Instituto do Ceará. Seu trabalho *A Couvada*, no domínio da antropologia, logrou tal destaque que o Dr. Afonso de Taunay, então Diretor do Museu Paulista,

solicitou ao autor permissão para incluí-lo nos *Anais* do referido Museu, com a oferta de uma separata.

A couvada, curiosa prática, entre os nossos selvagens tupinambás, guaranis e outros, de guardar o marido o leite, quando a mulher pare e de ocupar-se dos cuidados do recém-nascido, bem como de receber agrados e demonstrações de alegria dos amigos e parentes, enquanto a parturiente, como se nada houvesse acontecido, desempenha normalmente os encargos domésticos, a couvada foi exaustivamente pesquisada em suas origens por Livino de Carvalho e o alto mérito desse trabalho pode ser avaliado por essa solicitação de publicidade por intermédio do Diretor do Museu Paulista.

Além d'*A Couvada* e *A Tomada do Crato*, há também o estudo *Egastenia*, incluído no livro que, reunindo os três trabalhos em apreço, foi publicado ultimamente, no Recife, por seu filho Fernando.

Quando Livino de Carvalho, muito doente, procurou o Rio de Janeiro como última esperança, o destino armou-lhe ali curiosa cilada — professor e aluno que tão cordiais relações mantiveram em tempos idos, no Colégio de Carpina — Livino de Carvalho e Assis Chateaubriand reencontravam-se sob o mesmo teto, na Casa de Saúde Dr. Eiras, em Botafogo, sem que um tomasse conhecimento da presença do outro. A gravidade do estado de saúde de ambos fez com que se ignorassem mutuamente.

A morte marcava com eles aquele encontro sinistro, do qual Chateaubriand se salva miraculosamente, enquanto Livino sucumbia em 8 de abril de 1960.

Nenhum lugar é mais próprio para tomar posse da Cadeira 35, que tem como patrono Tomás Pompeu, do que esta Casa, em que ele viveu e que lhe tem o nome.

Ao lado desta sala era o seu gabinete de trabalho, onde escrevia e recebia quem quer que o procurasse. “Nesse tempo (é o Dr. José Pompeu, seu filho, residente no Rio, que no-lo descreve) havia no corpo da casa, imprimindo cunho próprio

ao velho casarão, orquídeas e trepadeiras num espaçoso pátio interno, alpendrado por dois lados e assobradado pelos dois restantes. O quarto de meu pai dava uma face para esse pátio e a oposta para o quintal, inteiramente isolado no cocuruto, terceiro pavimento, das traseiras da casa. As trepadeiras ganhavam, viçosas, as paredes do sobrado, cobrindo-as com os seus festões; no alpendre, os pés de orquídeas, acolchoados de musgo em cestinhas e pedaços de madeira toscos, pendiam, de fios paralelos de arames, corridos entre as pilastras. Uma destas, que servia de ombreira a uma passagem para a sala de jantar, era florida de madressilvas e perfumada por um pé de baunilha. Um recanto poético, de luz coada, entre folhagens e flores.

Houve tempo em que, abrindo uma linda clareira nas suas fadigas, ele transformou o quintal num vasto jardim cultivado por ele próprio, com cravos e cravinas em profusão e uma variedade de roseiras talvez nunca vista em Fortaleza. Enchiam-se bacias grandes de uma cravina branca, dobrado o seu orgulho pela beleza, tamanho e quantidade, sem falar em certas castas de rosas híbridas, de um fulgor e tamanho incomparáveis. Esse jardim foi um sonho de repouso que não durou, entremeado do pesadelo e luta com as formigas, e de uma quadra em extremo chuvosa que sobreveio e lhe apodreceu os craveiros, sem levar em conta os aborrecidos e infundáveis embargos aos seus exercícios de floricultura. Afinal, a ausência do jardineiro e o mais acabaram por destroçar o que se fizera com tanto gosto." (3)

E não gostava só de flores, mas, também, de música, como o próprio filho nos declara:

"Meu pai gostava de música. Sentíamos quando estava lendo ou escrevendo no seu quarto de ânimo repousado porque então se acompanhava a si mesmo trauteando um destes três trechos de ópera: "Le parlate d'amore, o cari fiori", do *Fausto* de Gounod, "A canção do aventureiro" e "Sento una força indomita" do *Guarani*. Contudo, ainda com maior frequência, cantarolava *Vai marinheiro, voa ligeiro*, de "Bocá-

solicitou ao autor permissão para incluí-lo nos *Anais* do referido Museu, com a oferta de uma separata.

A couvada, curiosa prática, entre os nossos selvagens tupinambás, guaranis e outros, de guardar o marido o leite, quando a mulher pare e de ocupar-se dos cuidados do recém-nascido, bem como de receber agrados e demonstrações de alegria dos amigos e parentes, enquanto a parturiente, como se nada houvesse acontecido, desempenha normalmente os encargos domésticos, a couvada foi exaustivamente pesquisada em suas origens por Livino de Carvalho e o alto mérito desse trabalho pode ser avaliado por essa solicitação de publicidade por intermédio do Diretor do Museu Paulista.

Além d'*A Couvada* e *A Tomada do Crato*, há também o estudo *Egastenia*, incluído no livro que, reunindo os três trabalhos em apreço, foi publicado ultimamente, no Recife, por seu filho Fernando.

Quando Livino de Carvalho, muito doente, procurou o Rio de Janeiro como última esperança, o destino armou-lhe ali curiosa cilada — professor e aluno que tão cordiais relações mantiveram em tempos idos, no Colégio de Carpina — Livino de Carvalho e Assis Chateaubriand reencontravam-se sob o mesmo teto, na Casa de Saúde Dr. Eiras, em Botafogo, sem que um tomasse conhecimento da presença do outro. A gravidade do estado de saúde de ambos fez com que se ignorassem mutuamente.

A morte marcava com eles aquele encontro sinistro, do qual Chateaubriand se salva miraculosamente, enquanto Livino sucumbia em 8 de abril de 1960.

Nenhum lugar é mais próprio para tomar posse da Cadeira 35, que tem como patrono Tomás Pompeu, do que esta Casa, em que ele viveu e que lhe tem o nome.

Ao lado desta sala era o seu gabinete de trabalho, onde escrevia e recebia quem quer que o procurasse. “Nesse tempo (é o Dr. José Pompeu, seu filho, residente no Rio, que no-lo descreve) havia no corpo da casa, imprimindo cunho próprio

ao velho casarão, orquídeas e trepadeiras num espaçoso pátio interno, alpendrado por dois lados e assobradado pelos dois restantes. O quarto de meu pai dava uma face para esse pátio e a oposta para o quintal, inteiramente isolado no cocuruto, terceiro pavimento, das traseiras da casa. As trepadeiras ganhavam, viçosas, as paredes do sobrado, cobrindo-as com os seus festões; no alpendre, os pés de orquídeas, acolchoados de musgo em cestinhas e pedaços de madeira toscos, pendiam, de fios paralelos de arames, corridos entre as pilastras. Uma destas, que servia de ombreira a uma passagem para a sala de jantar, era florida de madressilvas e perfumada por um pé de baunilha. Um recanto poético, de luz coada, entre folhagens e flores.

Houve tempo em que, abrindo uma linda clareira nas suas fadigas, ele transformou o quintal num vasto jardim cultivado por ele próprio, com cravos e cravinas em profusão e uma variedade de roseiras talvez nunca vista em Fortaleza. Enchiam-se bacias grandes de uma cravina branca, dobrado o seu orgulho pela beleza, tamanho e quantidade, sem falar em certas castas de rosas híbridas, de um fulgor e tamanho incomparáveis. Esse jardim foi um sonho de repouso que não durou, entremeado do pesadelo e luta com as formigas, e de uma quadra em extremo chuvosa que sobreveio e lhe apodreceu os craveiros, sem levar em conta os aborrecidos e infundáveis embargos aos seus exercícios de floricultura. Afinal, a ausência do jardineiro e o mais acabaram por destroçar o que se fizera com tanto gosto.” (3)

E não gostava só de flores, mas, também, de música, como o próprio filho nos declara:

“Meu pai gostava de música. Sentíamos quando estava lendo ou escrevendo no seu quarto de ânimo repousado porque então se acompanhava a si mesmo trauteando um destes três trechos de ópera: “Le parlâte d’amore, o cari fiori”, do *Fausto* de Gounod, “A canção do aventureiro” e “Sento una força indomita” do *Guarani*. Contudo, ainda com maior frequência, cantarolava *Vai marinheiro, voa ligeiro*, de “Bocá-

cio”, a velha opereta, e, sobretudo, a sua música predileta, *Penso*, a bela romança de Tosti. Nesses momentos quando com tal disposição de ânimo largava o trabalho para fazer a barba e vestir-se, entrava a entoar, à meia voz, dando já inteiro desafogo ao espírito, as palavras de uma destas duas canções divertidas: *Xô, xô, xô, garaúna* e *Quedê a chave que te dei para guardar?* Era muito afinado e via-se que, se soltasse a voz, seria barítono. Curioso nessas ocasiões, quando lá estávamos de temporada, era o dueto que então se formava entre a nora, no andar de baixo, e ele, no andar de cima. Julita cantava, à bela voz, os trechos que ele apenas trauteava, e via-se como, aos poucos, se animava. Dizia depois, na sala de jantar, gentilmente, como aqui lho facilitava o trabalho.” (4)

Falar de Tomás Pompeu é tarefa difícil sob vários aspectos: meio mundo já se ocupou da sua personalidade ímpar, já comentou sua obra vasta e erudita, já focalizou sua atuação destacada em campos os mais diversos — na política, no jornalismo, no magistério, na indústria, nas letras.

Farias Brito diz que: “se há entre nós homens, que verdadeiramente mereçam a veneração dos contemporâneos por atos de abnegação e patriotismo, por constantes esforços em bem da coletividade, e mais particularmente por sua decidida vocação pelas letras e perseverante aplicação ao desenvolvimento da ciência, entre estes ocupa, por certo, o Dr. Tomás Pompeu, lugar eminente.

Com efeito, é ele dos poucos que em nosso país abraçam o círculo todo inteiro dos conhecimentos humanos, podendo-se dizer não só que é um espírito viajado por todos os ramos do saber, mas precisamente que tem os melhores elementos para constituir o exemplo raríssimo de uma ilustração enciclopédica. Era um trabalhador infatigável, uma cerebração vigorosa, uma das nossas inteligências mais fecundas, se bem que seja muito menos conhecido do que tantos outros em torno dos quais faz grande ruído a opinião pública nacional. É verdadeiramente o continuador da obra começada por seu pai, o

ilustre Senador Pompeu; mas este era apenas uma glória cearense, quando o filho é já uma glória brasileira, devendo ocupar um lugar de honra na galeria dos pensadores nacionais.”

Tendo cultura enciclopédica, Tomás Pompeu escreveu sobre todos os assuntos, como é fácil verificar através das suas obras: *Lições de Geografia Geral, Fiscalização do Ensino Primário, Comércio e Indústria no Ceará, Assistência Pública, Memória sobre o plantio da Maniçoba, Irrigação no Ceará, História Política do Ceará* e o *Dicionário de Pensamentos*, em doze volumes.

Graças ao seu prestígio e fascínio pessoal, exerceu os mais honrosos cargos: Vice-presidente da Província, Deputado à Assembléia Geral Legislativa, Diretor da Faculdade de Direito, Presidente da Academia Cearense e do Instituto do Ceará. Quando se verificou “o seu afastamento da política, do jornalismo, das pugnas doutrinárias em diversos campos, seguiu-se o seu mergulho definitivo no magistério, em que se devotou intensamente tanto aos problemas do ensino em geral como às suas aulas e aos seus discípulos.

Trabalhava com fé, para ver e palpar, na formação da mocidade — problema que tanto o apaixonava — não isso ou aquilo, não vanglória sua, mas determinado efeito, o *efeito positivo* da sua técnica educacional e do seu esforço. Logo, técnica, esforço, realização, eis a sua fé. Ou, em termos concretos e consagratórios: os seus discípulos, os seus melhores discípulos — eis a sua glória.”

Assim é que, instado para escrever a biografia de Tomás Pompeu, seu filho, Dr. José Pompeu, residente no Rio, confessa a sua pretensa incapacidade num trabalho interessantíssimo que intitulou: *Porque o filho não escreve a biografia do pai*, que enviou a Conceição Sousa, graças a quem pude lê-lo, e no qual ele diz: “Não são os seus filhos, são os seus discípulos que melhor poderão dizer de meu pai, pois a eles é que verdadeiramente se deu de corpo e alma.

“Para os discípulos ele abria as portas do seu espírito, de par em par, segundo dizem, também abrindo, como aos filhos, as do seu coração. Tivesse eu recebido as suas lições, assim

abertas, assim francas (pois dizem que fazia questão de ser objetado), e estaria em invejáveis condições para dizer do seu espírito e das suas realizações.

“Dei-me com um dos seus alunos, Valdemar Falcão, que duas vezes me falou de meu pai como de um mestre extraordinário, que não se limitava a ensinar, mas queria influir na formação de bons hábitos intelectuais e morais. Em viagens de mar, tive mais de uma vez contato com ex-alunos da Escola Militar do Ceará, que também se mostravam encantados com o mestre que lhes tinha sido meu pai. Uma nota interessante: todos, sem discrepância, gabavam, com os mais rasgados elogios, a distinção de maneiras de meu pai e frisavam o fascinante atrativo do seu ar finamente intelectual. Diziam que guardavam viva na memória a sua maneira de olhar através das lentes com reflexiva agudeza, e de um gesto seu, quando se animava, de erguer luminosa a fronte e a mão alisando para trás os cabelos, e alguns chegavam mesmo a lhe imitar o olhar e o gesto num interessante assomo de distinção.” (6)

E não foi só aos alunos que conseguiu impressionar, acrescentarei eu.

Minha tia Julinha contou-me que, quando Tomás Pompeu ia visitar meu avô Juvenal Galeno, de quem era grande amigo, ela, que naquela época era menina e a quem eles não ligavam a mínima importância, ficava na sala, a olhar deslumbrada para a bela figura de homem que ele era, e todas as vezes que a visita se repetia o encantamento dela era o mesmo. Admirou-o, amou-o mesmo, despercebidamente, na sua ingenuidade de criança fascinada pelo atrativo do seu ar finamente intelectual.

Atendendo à advertência do Dr. José Pompeu, de que ninguém como os seus alunos conheceram Tomás Pompeu, tive curiosidade em interrogar alguns deles e são muito eloquentes os seus depoimentos. Diz Adonias Lima:

“Como professor, tinha formidável erudição, do que é atestado sua biblioteca fantástica, hoje doada por seus filhos ao Instituto do Ceará. Suas aulas eram extraordinárias: claras, eruditas, perfeitas.

Quando escrevia, excedia-se em citações e alguém, aludindo ao fato, teve dele a seguinte justificativa: “Se o que pretendo dizer já foi satisfatoriamente expresso por outro, nada mais me resta do que citá-lo.”

Cruz Filho não foi seu aluno, mas do convívio com ele guardou esta impressão:

“Figura ereta e nobre, que conduzia em si a cultura do seu século, Tomás Pompeu deixou-me duradoura impressão. Já escrevi algures que teria sido um dos maiores homens nascidos no Ceará.

Afigurou-se-me sempre em sua individualidade física, moral e mental certa semelhança com a do polígrafo português Teófilo Braga. Teria Tomás Pompeu menos aspereza na expressão, mas a mesma austeridade mesclada de um laivo de doçura polida.

Guardo dele a melhor recordação, semelhante àquela que manifesta Renan com relação a Marco Aurélio e Antonino Pio.”

Henriqueta Galeno foi sua aluna e inúmeras vezes veio ao seu gabinete consultar o mestre. “Os alunos, confessou-me ela, tinham-lhe mais do que respeito, entusiasmo, dado o seu fascínio pessoal.

Era um grande professor, tinha solidíssima cultura e capacidade de transmiti-la. Gostava do convívio da mocidade e preenchia os intervalos entre uma e outra aula palestrando com os alunos, a quem franqueava seu gabinete de trabalho e sua biblioteca. Que os consultassem, quando sentissem qualquer dificuldade ou deficiência.”

Esta assertiva de minha tia Henriqueta foi secundada pelo Dr. José Pompeu, que assim escreve: “Depois do almoço, ao sair para as suas aulas, volta e meia ali de perto, da Escola Normal, num dos ângulos da praça quase contígua à nossa casa, acorriam normalistas, suas conhecidas ou amigas de minhas irmãs, que o acuavam à porta da rua ou no vestíbulo para as ajudar nos seus apertos escolares, ordinariamente nos seus exercícios de composição: Dr. Tomás, uma sugestãozinha para isso?

— Outra, sim?

— Mais outra, Dr. Tomás!

— Oh! Dr. Tomás, escreva!

E ele, embora muito a contra-gosto, vencido pela meiguice das meninas, não raro tomava nota, e as atendia, pedindo que estudassem o modelo e fizessem exercício próprio:

— Aqui tudo se pode mudar e se deve mudar.

E dava sugestões para as mudanças de acordo com as possíveis lembranças e os possíveis sentimentos de cada menina, lembranças e sentimentos que achava jeito de lhes incutir ou avivar.” (7)

Meneses Pimentel, aluno de Tomás Pompeu e depois seu colega de magistério, confessa:

“Tomás Pompeu foi indubitavelmente uma das raras figuras de valor moral e intelectual que tem possuído o Ceará e quiçá o Brasil. Tive a honra de ser seu aluno e colega de magistério, na Faculdade de Direito do Ceará.

Como Mestre, nenhum outro o excedeu em erudição, saber jurídico, pontualidade no cumprimento do dever, gentis maneiras no trato com seus alunos e acendrado espírito de justiça. Como colega, era de uma dedicação inexcedível. Quantos dele se aproximavam, não só para ouvir-lhe os ensinamentos, mas notadamente para receber conselhos, eram fidalgamente acolhidos.

Ao influxo de sua palavra fluente e persuasiva, de efeitos altamente patrióticos, sentiam-se encorajados para as lutas dignificantes do professorado, para a formação moral e intelectual de nossa mocidade.

No que tange à nossa terra, sempre deu sobejas provas de querer-lhe com devotamento. Era de ver o entusiasmo cívico com que se referia à produção de sua riqueza e ao bem-estar de sua coletividade. Tinha a preocupação constante de vê-la engrandecida num ambiente de paz, prosperidade e trabalho construtivo”.

Joaquim Pimenta, consultado por mim sobre Tomás Pompeu, assim se manifesta:

“Não fui aluno de Tomás Pompeu, nem tive com ele qualquer aproximação, já porque nunca houve uma oportunidade

que nos aproximasse, já porque, sendo ele cunhado do Comendador Antônio Pinto Nogueira Acióli, eu mesmo procurava evitá-la, pois pertencia ao grupo de estudantes da Faculdade de Direito oposicionista à situação política dominante.”

Abramos aqui um parêntese no depoimento de Joaquim Pimenta, para uma explicação: desde o quadriênio presidencial de Campos Sales (1898-1902), havia-se estabelecido, no Brasil, a então chamada “política dos governadores”, bastante nociva à República e aos vitais interesses da Nação.

De tal regime originou-se o “mandonato” governamental nos Estados, com uma oposição sempre crescente ao partido do Governo, que, em represália a essa atitude, costumava desmandar-se em hostilidades aos grupos adversos, a começar por negar-lhes representação no Senado e Câmara Federal e por erigir em princípio o processo do “crê ou morre”, com tamanha intolerância que não tardou a vir prejudicar os próprios interesses individuais de quantos não se submetiam ao mando da política situacionista.

No Ceará dominava nesta época o Comendador Antônio Pinto Nogueira Acióli.

Na então Faculdade Livre de Direito do Ceará havia um grupo de alunos que protestava contra esse estado de coisas e não se cansava de manifestar a sua atitude hostil à governança do Estado e ao partido dominante.

Do grupo faziam parte, entre outros, Adonias Lima, Hermenegildo Porto e Joaquim Pimenta, a quem faço retornar a palavra:

“Entretanto, nós, “os dezesseis infelizes”, como éramos chamados pelo órgão oficial do Governo, *A República*, certamente por mais ardorosos e decisivos no combate, tínhamos pelo Dr. Tomás Pompeu a admiração e respeito tão espontâneos na mocidade pelos homens que reúnem nobres qualidades de caráter e altos requisitos de cultura, excelso patrimônio de valores humanos que legam às gerações que a eles sobrevivem.

Ouvíamos falar com insistência que era um pensador emancipado de preconceitos e de dogmas, adepto da filosofia

evolucionista em pleno florescer no Século XIX, que era também a nossa, sorvida na cátedra do saudoso mestre Soriano de Albuquerque.

A mim, quando o via passar pelos corredores da Escola, que era o andar-térreo do edifício da Assembléia Legislativa do Estado, já ancião, porém ereto e pisando firme, parecia um homem sisudo, austero, de hábitos requintados, aristocráticos, talvez por ter sido educado ao tempo em que, sob o regime monárquico, era a classe letrada um prolongamento artificial da nobreza de sangue.

Se é tão restrito o meu depoimento, em compensação há um fato sobre o qual ainda posso depor, com a nitidez com que, há mais de meio século, o retive na memória e também no coração. Para mim ele vale mais do que todas as preleções, todas as conferências e discursos que tenha proferido em toda a sua longa existência o Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil.

Nós, “os dezesseis infelizes”, fomos informados de que se estava tramando no Palácio do Governo a nossa expulsão da Faculdade de Direito, pois ainda não estavam satisfeitos certos áulicos com a pressão que alguns professores, aliás muito poucos, faziam sobre nós nas bancas de exame.

Tratou-se, então, de conseguir do Diretor, que era o Dr. Tomás Pompeu, a não aplicação de tão drástica medida. E a resposta foi:

— Os meninos são, de fato, rebeldes, mas são a fina flor da nossa mocidade acadêmica.

Só este gesto exige a mão, divina e pagã, de um Miguel Ângelo, para esculpir a fisionomia moral e intelectual de um homem!”

E de um homem do porte mental de Tomás Pompeu não se consegue estudar a personalidade, de facetas multiformes, e a vida, de atividades tão diversas, no rápido apanhado de um discurso. Esta a razão por que me limitei a apreciá-lo como mestre cuja cultura e seriedade eram notórias. Não aceitava pontos facultativos e nem feriados não oficiais. As-

sim, comparecia sempre às aulas para assinar o ponto e fazer constar o seu protesto. Orgulhava-se de nunca ter faltado às aulas, ainda que atacado de gripe, febre ou rouquidão.

O filho, já tantas vezes citado, nega-se a escrever a biografia do pai, mas, não se exime, nas suas reminiscências, de traçar este soberbo perfil de Tomás Pompeu:

“Meu pai, como era natural no seu caso — economista, sociólogo e razoável filósofo — excelia sobretudo nas lições orais, não as escritas, de geografia humana, mais próprias a um educador para moldar caracteres e soerguer energias, e era só para educar e não por interesse e vanglória que não arredava pé de sua terra, a não ser em viagens culturais, e se devotou de corpo e alma ao magistério. Excelia nelas com os seus copiosos dados estatísticos sempre em dia e manejados com atilado discernimento; os seus conhecimentos clássicos de economia política e de história, que também lecionou; o seu espírito corrente nas artes, nas letras, nas ciências filosóficas com larga base, larga informação psicológica; nas ciências sociais em correlação com as quais lecionou três ou quatro cadeiras de Direito. Excelia nelas ainda, e no mais, com as suas faculdades claras, o seu senso crítico, a sua palavra fácil e o seu ar finamente intelectual que lhe vinha da sua lida constante com os estudos desde os tempos de sua mocidade, em que fora um grande agitador de idéias num grémio onde lá estavam, como no ovo, Capistrano de Abreu, Rocha Lima, Tomás Pompeu e outros jovens, todos tumultuosos em período de gestação; com a assinatura de ótimas revistas culturais e a posse de vasta biblioteca, conhecida no Estado e franqueada aos estudiosos. É claro que não lhe faltavam assim os meios de fascínio para prender devotadamente os seus discípulos; para fazer deles admiradores, esses espontâneos e sinceros admiradores da sua cultura e do seu caráter também. Porque, para além de tudo isso, ele era essencialmente um homem de fibra, nitidamente recortado num fundo de princípios para ele inarredáveis.” (8)

Para corroborar esta assertiva vejamos o seguinte fato:

Tomás Pompeu encontrava-se em Palácio, quando o engenheiro Moraes Jardim, à frente do Governo, recebeu telegrama noticiando a revolução, a queda da Monarquia e o Governo Provisório.

Leal aos seus princípios, esperou ele confirmação do Rio de Janeiro, para saber o que o seu partido havia resolvido, o que não demorou a vir — aconselhavam-no a aderir à nova ordem de coisas. Relutando em aceitar a nova situação, publicou no jornal de sua propriedade, a *Gazeta do Norte*, artigos de crítica ao republicanismo, os quais lhe valeram a má vontade oficial. Sob esta tensão de ânimo, seguiu para a Europa em 1890, lá encontrando-se com emigrados políticos, como Afonso Celso, Carlos Afonso e outros. Ao regressar, encontrou supresso o curso superior da Escola Militar, ficando ele em disponibilidade. E como lhe repugnasse a idéia de perceber vencimentos de um cargo sem trabalhar, requereu ao Governo, na primeira vaga do curso preparatório da Escola, um lugar para prestar os seus serviços, sendo atendido por Floriano Peixoto, que, prontamente, o designou para a Cadeira de Geografia.

A fidelidade de Tomás Pompeu aos sentimentos monárquicos colocaram-no, por mais de uma vez, em situação melindrosa naquela Escola, tornando perigoso o exercício das suas funções magisteriais, sobretudo depois que Floriano Peixoto, a quem os estudantes daquele estabelecimento votavam quase adoração, conferiu a mais de cem deles as insígnias de alferes. Julgaram-se, então, donos do mundo, exerceram domínio sobre a cidade, cuja polícia não ousava enfrentá-los. Quantas vezes, ao aproximar-se da Escola, era o mestre recebido por aclamações estrepitosas de — Fora a Monarquia, viva a República — e passava sereno pelo meio da fila de estudantes que se agrupavam à entrada do edifício. Recebia ameaças, porque reprovava nos exames os rapazes que respondiam insuficientemente às questões do programa e continuava inabalável, a ponto de, ao ser avisado por um colega do risco que corria se comparecesse aos exames em deter-

minados dias, porque os alunos alferes o desacatariam, respondeu-lhe: “Sou um dever que se move, não recuarei.”

E, efetivamente, não recuou. Poucos anos depois, a Escola Militar do Ceará foi extinta e os seus professores postos em disponibilidade. Ainda assim, em disponibilidade, Tomás Pompeu sofreu prisão militar em Fortaleza, em dezembro de 1899, por manifestar em artigo sua fidelidade ao Imperador. O jornal *A Imprensa*, do Rio de Janeiro, do qual era redator-chefe Rui Barbosa, estampou na primeira página de sua edição de 18 de dezembro de 1899 o seguinte telegrama:

“Ceará, 17 — Conselheiro Rui Barbosa, Rio — Acabo de receber ordem de prisão, por 25 dias, do comandante da guarnição, unicamente por ter escrito um artigo, capitulado de propaganda monarquista. Foi o artigo escrito em comemoração do aniversário do falecimento do Imperador. Escrevi-o na qualidade de lente paisano da Escola Militar. Espero me defender contra a prepotência. Tomás Pompeu.” (9)

O referido telegrama forneceu assunto para um artigo candente de Rui Barbosa, intitulado “Menos Zelo”, em que reprova com veemência aquele abuso do poder e requer em seguida *habeas-corpus* em favor de Tomás Pompeu, ordem que foi concedida mesmo contra os votos de alguns ministros, como Manuel Murtinho, João Barbalho e Américo Lobo. (10)

Era dessa enfiadura moral, dessa fidelidade às suas convicções e idéias o Patrono da Cadeira 35, e nesta hora em que nela me emposso rendo-me ao fascínio que, a despeito de tantos anos decorridos, ainda hoje deslumbra aqueles que tomam conhecimento da sua grande vida ou se abeberam na sua obra opulenta.

Não quero chegar ao término dessa solenidade sem pedir-vos que me deixeis repartir com alguém aqui presente as galas desta noite. Pelo estímulo e incentivo que há dado, no Ceará, durante todos estes anos, a todos os que cultivam as belas letras, ela bem merece o nosso reconhecimento público, a nossa gratidão. A ela, pois, a Henriqueta Galeno, entrego com efusão d’alma os loiros desta conquista.

N O T A S

- 1) *A Couvada — A Tomada do Crato — Egastenia*. C. Livino de Carvalho. Gráfica Editora do Recife S.A., Pernambuco, 1959.
- 2) *Tribunal de Apelação do Ceará*. Eusébio de Sousa. Asa Artes Gráficas S.A., Rio, 1945, pág. 213.
- 3) *Porque o filho não escreve a biografia do pai*. Dr. José Pompeu de Sousa Brasil, Rio, 1954 (inédito), pág. 11.
- 4) *Porque o filho não escreve a biografia do pai*. Idem, pág. 12.
- 5) *Homens do Ceará — Biografia de Tomás Pompeu*. Farias Brito. *Revista da Academia Cearense*, Fortaleza, 1896, pág. 132.
- 6) *Porque o filho não escreve a biografia do pai*. Idem, págs. 17-18.
- 7) *Porque o filho não escreve a biografia do pai*. Idem, págs. 9-10.
- 8) *Porque o filho não escreve a biografia do pai*. Idem, págs. 6-7.
- 9) *A Imprensa*. Redator-chefe: Rui Barbosa. Ano II. Rio de Janeiro, segunda-feira, 18 de dezembro de 1899. N.º 438. Da página 1.^a, coluna 2.^a.
- 10) *A Imprensa*. Rio de Janeiro, terça-feira, 19 de dezembro de 1899. N.º 439. Da página 1.^a, coluna 1.^a.